

Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro (séc. XVIII-XIX).

Illustration, medicine and circulation of ideas in luso-brazilian world (séc. XVIII-XIX).

Juliana Gesuelli Meirelles*

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender a relação entre a mudança de paradigma científico vigente a partir da reforma da Universidade de Coimbra e as transformações políticas e culturais da sociedade luso-brasileira no campo da saúde e da medicina entre o final do século XVIII e início do século XIX. Primeiramente, refletimos sobre os sentidos da circulação de ideias entre Portugal e Brasil antes da vinda da corte para o Brasil em 1808. Em um segundo momento, delineamos as linhas mestras da política cultural da coroa lusitana para a cultura científica sob a governança de D. João VI na América tendo como foco a diversidade da produção da Impressão Régia do Rio de Janeiro nesse campo do saber.

Palavras-Chave: medicina, circulação de ideias, política imperial.

Abstract : Relationship between the changes in scientific paradigm that stems from the University of Coimbra reform and the political and cultural changes in health and medicine within the Luso-Brazilian society of the late XVIII and early XIX centuries. The first part concerns the circulation of ideas between Portugal and Brazil before the royal seat of the Portuguese crown moved out to Rio de Janeiro in 1808. The second part focuses on the Portuguese Crown's policies and guidelines for scientific culture under the governance of D. João VI in Brazil, looking into the diversity of the production of the Royal Printing in Rio de Janeiro.

Keywords: medicine, circulation of ideas, Portuguese Empire policies

* Professora da PUC-Campinas desde 2014. Departamento de Biblioteconomia. Possui doutorado em História (2013) pela Unicamp, mestrado (2006), bacharelado e Licenciatura em História (2001) pela mesma universidade. Possui bacharelado em Comunicação Social - jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2002).

I. O Reformismo Ilustrado e a ciência médica no Império Português

O Reinado de D. José I (1750-1777) é um marco político na história da realeza portuguesa que, ao longo de quase três décadas, delinearía outra conformação às questões socioculturais do Império Português: da expulsão dos jesuítas (1758) à reforma da Universidade de Coimbra (1772), o que estava em voga era à entrada de Portugal no universo das Luzes europeias. Tal inserção e diálogo, no entanto, foram marcados por contornos singulares entre os lusitanos.

Denominado pela historiografia como *reformismo ilustrado*, a política josefina foi levada a cabo pelo seu primeiro-ministro, o Marquês de Pombal cuja administração objetivava a libertação de constrangimentos corporativos através do fortalecimento do Estado. Dentro dessa concepção, Pombal realizou uma reforma pedagógica de vanguarda no Velho Mundo. Aqui, particularmente, nos interessa ressaltar as mudanças ocorridas na Universidade de Coimbra, que adquiria um novo estatuto em 1772, voltado à observação e à experimentação no ensino das ciências. Na prática, houve uma intensa valorização do Estado Português para as Ciências Naturais, o que aparecia, sobretudo, na criação das faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia. A construção de instalações nas diversas áreas como o Hospital Escolar, o Teatro Anatômico e o Dispensário Farmacêutico (para a Medicina), o Observatório Astronômico (para a Matemática), o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Gabinete de História Experimental (para a Filosofia) consagravam uma nova formação acadêmica para a elite cultural portuguesa, muito mais aberta ao pensamento racional e empírico (VILLALTA, 2015, p.132-134).

De forma mais geral, a reforma pedagógica pombalina visava um maior diálogo cultural de Portugal em relação à Europa do Norte através de medidas modernizadoras que viabilizassem a *laicização* do conhecimento. Na prática, contudo, manteve-se presente a “íntima conexão entre Universidade, Igreja e Estado”, nitidamente expressada na influência eclesiástica no quadro de professores da Universidade de Coimbra (SILVA, 2006, p.78). Isto é, para além dos avanços teóricos e do suporte científico, o iluminismo português exprimia um de seus principais paradoxos: manteve a religião como base de sustentação do absolutismo monárquico. Mesmo primando pela *secularização do saber* – com a expulsão dos jesuítas da direção das instituições educacionais no Império Português –, as reformas pombalinas não permitiram, em última instância, a autonomização das instituições

que formavam o aparelho do Estado (FILHO; DAHÁS, 2006, p.3). Particularmente, em relação ao impacto da reforma universitária no mundo luso-brasileiro, nos primeiros dez anos, 238 brasileiros diplomaram-se em Matemática, Ciências Naturais e Medicina, para 157 em humanidades, com destaque para as leis. A década seguinte (1782-1792) manteve a mesma atração pelas ciências naturais, o que resultou também em um movimento ascendente da literatura científica desse período, voltada muito mais para as ciências naturais e a medicina do que para as ciências puras ou exatas (DIAS, 1968, p.107-116). O estudo da ciência da natureza se fazia dentro e fora dos Gabinetes, Museus e dos Laboratórios de História Natural: os caminhos da ilustração luso-brasileira seguiam os passos da experiência aliada à ação.

Diante dessa nova concepção do *reformismo ilustrado*, perceber as mudanças paradigmáticas da ciência médica e o impacto na produção, divulgação e circulação dessas obras no universo luso-brasileiro faz-se fundamental. Este artigo tem por objetivo compreender a relação entre a mudança de paradigma científico vigente a partir da reforma da Universidade de Coimbra e as transformações políticas e culturais da sociedade luso-brasileira no campo da saúde e da medicina entre o final do século XVIII e início do século XIX. Assim, procuramos realizar o mapeamento dos diferentes *locus* de saber do período, os sentidos da circulação de ideias entre metrópole e colônia assim como as linhas mestras da política cultural da coroa lusitana para a cultura científica sob a governança de D. João (1792-1821).

Ao longo da segunda metade do século XVIII, a ilustração francesa conheceu dois célebres representantes das novas ideias na área da medicina: os médicos André Tissot, autor de *Aviso ao povo sobre sua saúde* (1761) e Guilherme Buchan, com *Medicina doméstica* (1769), que tiveram suas obras traduzidas para diversas línguas em toda Europa. Assim como em outros países do Velho Mundo, suas ideias tiveram grande divulgação e repercussão no mundo português e em suas colônias durante o período pombalino, quando o cuidado com a saúde foi elevado a tema de primeira grandeza. De acordo com o pesquisador Jean Luiz Neves Abreu,

A publicação desses manuais se inscreve em um amplo contexto de valorização da saúde das populações como recurso essencial para os Estados e da concepção do bem estar corporal como elemento da prosperidade social. Seguindo essa tendência, vários tratados passaram a circular em Portugal, com o propósito de promover a higiene e os meios para se evitarem as enfermidades (ABREU, 2010, p.226).

O diálogo da monarquia portuguesa com essa tendência de valorização da saúde da coletividade, que aparece como condição essencial do bem estar do Estado, também teve em Portugal seus ícones: Antônio Ribeiro Sanches, com *Dissertação sobre as paixões da alma* (1753) e *O Tratado da Conservação da saúde dos povos* (1756) e Francisco de Melo Franco, autor de *O Tractado de educação fysica dos meninos, para uso da nação portuguesa* (1790) e *Medicina Theologica* (1794), discutiram publicamente suas preocupações no campo da ciência médica e da moral, estando ambos em consonância com as concepções médico-filosóficas que passaram a vigorar na Europa durante o Setecentos. “A partir do século XVIII, sob o impulso das ideias cartesianas e de outras correntes presentes no pensamento médico e filosófico, as relações entre corpo e alma tornaram-se centro de disputas intelectuais intensas”, afirmam os pesquisadores Flávio Coelho Edler e Ricardo Cabral de Freitas¹, que também enfocam a disposição intelectual desses sujeitos no avanço da compreensão de “quais estruturas, materiais ou imateriais, seriam responsáveis pelas sensações e como elas poderiam alterar o estado geral do organismo” e, assim, caminhar para garantir “o modo adequado de garantir a ordem social e o governo dos homens” (EDLER; FREITAS, p.439-440).

Para além das divergências teóricas, é fundamental termos em mente que o papel da medicina como instância normativa emergia com grande força na ilustração europeia, sendo seu prestígio repensado na paulatina valorização da figura do médico. Essa tendência também esteve presente no *reformismo ilustrado* português entre os seus principais nomes. Neste artigo, no entanto, interessa antes destacar a inserção desses dois homens de letras e ciência em um debate intelectual europeu mais amplo do que, propriamente, discutir as suas propostas científicas para a sociedade lusitana. Mapear a circulação de obras e ideias no universo luso-brasileiro focada na temática da saúde em geral e da medicina, em particular em fins do século

¹ “Nesse discurso médico emergente é possível, segundo Moravia estabelecer três perspectivas básicas: a busca empírica pelos movimentos da alma, calcadana concepção de que ela se manifestaria através da linguagem corporal visível, de modo que, mesmo as suas funções mais impalpáveis poderiam ser decifradas pelo conhecimento científico; a tradução de termos metafísicos para termos mais palpáveis (a concepção de “alma”, por exemplo, se aproxima cada vez mais do “moral” para se referir às dimensões humanas que não teriam conotação teológica e seriam empiricamente verificáveis); nas suas versões mais radicais, a completa redução da alma ao corpo. Assim, o homem moral seria essencialmente o homem físico.” EDLER; FREITAS, p.440.

XVIII e início do XIX, é aqui uma preocupação central já que é a partir do mapeamento desse processo que podemos compreender alguns dos pontos fulcrais da política cultural da monarquia portuguesa no governo joanino (1792-1821); parte essencial da política de Estado que, entre outras ações, fomentou o estudo da ciência mesmo diante da ausência da arte tipográfica na colônia. Como já apontou a historiadora Maria Odila da Silva Dias, durante toda a segunda metade do século XVIII, a Coroa lusitana incentivou a produção de memórias de caráter pragmático, principalmente entre comerciantes e lavradores ilustrados, e procurou desenvolver o estudo das “ciências naturais, da física, da química e da agricultura, da Medicina cirúrgica e Farmácia”. Além disso, em 1799 concedeu bolsas de estudos a alguns bacharéis brasileiros formados em Coimbra, os quais “acumulavam uma literatura de viagem curiosamente integrada no espírito da que se desenvolvia na mesma época no resto do mundo” (DIAS, 1968, p.114-128).

Uma vez que a remessa de livros vindos do Reino estava em crescente ascensão em toda a Colônia, sobretudo no Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre os anos de 1794 a 1799, era mister redobrar a atenção tanto para o tipo de impresso que entrava nos portos coloniais, quanto para as formas de leitura que os súditos cotidianamente adotavam pelas cidades afora (VILLALTA, 1997, p.143). A leitura e circulação de escritos científicos voltados à área da medicina também foram incentivadas entre os súditos reais do lado americano do atlântico. Em 1797, por exemplo, o governador da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, escrevia a D. Rodrigo de Souza Coutinho justificando o recebimento e distribuição de uma obra útil à sociedade:

Ilmo. e Exmo. Snr. – Por Aviso de 12 de Julho do presente ano, me participa V. Ex.^a q.' sua Mag., aproveitando todas as ocasiões de promover e segurar o bem de seus Vassalos tinha mandado se traduzisse o livro sobre *o modo de curar, e preservar o mal da peste*; e para que este fosse conhecido pelas pessoas que dele se podem aproveitar, me remetia V.Ex.^a alguns exemplares: Eu farei o que a este respeito se me determina fim de que todos se utilizem das piedosas e benéficas intenções de S. Mag. A favor dos seus Vassalos (Documentos Interessantes,v.29, p.40-41).

O diálogo entre os representantes políticos da Coroa nos dois lados do Atlântico pode ser considerado um importante *vestígio* do passado que nos permite

acessar vieses fundamentais da política cultural da época para os impressos. Apesar de alicerçada – em grande medida –, na valorização da “política livro”², a ação governamental foi indissociável da reorganização das instituições de censura no Império português. Tal mudança ocorreu depois de 1792³, quando as autoridades olhavam com repúdio para as possíveis consequências dos “abomináveis princípios franceses” em Portugal. Para a Coroa, a “extraordinária e temível Revolução Literária e Doutrinal” francesa era uma fortíssima ameaça para “as opiniões estabelecidas” e atingia todos os campos do saber: das artes à ciência, as ideias francesas consideradas ímpias eram vistas como um agente capaz de abalar os alicerces da tradição do Antigo Regime, mormente nas esferas religiosa e política. Em 17 de dezembro de 1794, portanto, D. João ordenou o restabelecimento da censura tríplice. Revogava-se a censura unificada, quebrando o compromisso com a legislação pombalina e o controle de livros e escritos no país retrocedia às antigas instâncias de poder: a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço, cada qual com distintas funções (TENGARRINHA, 1989, p. 104.).⁴ Redobravam-se os cuidados com a circulação das ideias no espaço público.

Por outro lado, a Coroa patrocinava a criação de instituições voltadas à produção e circulação de impressos no universo luso-brasileiro, como foi o caso da *Casa Literária do Arco do Cego* (1799-1801), projeto idealizado no âmbito de uma política imperial pelo então secretário de estado da marinha e do Ultramar (1796-1801) e presidente do Real Erário (1801-1803) D. Rodrigo de Souza Coutinho (1795-1801). Sobre a produção de obras referentes à América Portuguesa, o historiador Diogo Ramada Curto assevera quão imperativa era tal preocupação: em um momento

² Utilizo essa expressão da historiadora portuguesa Manoela Domingos. DOMINGOS, Manoela. A primeira biblioteca pública portuguesa, 1775-1795. Planos, projetos e primeiros fundos. *Cadernos BAD*, Lisboa, n^o 3, 1994, p.60-61.

³ Entre os anos de 1792 e 1795 a França viveu a república jacobina, período mais radical da revolução que ficou conhecido como período do Terror. Em 1793, foi promulgada a Constituição, importante documento que concedia ao povo o direito ao sufrágio universal, o direito à insurreição, trabalho ou subsistência, e – o mais significativo – a declaração oficial de que a felicidade de todos era objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis, mas também operantes. Tais mudanças deixavam as autoridades lusitanas em alerta máximo.

⁴TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2^aed. Lisboa: Editora Caminho, 1989, p. 104. Durante a administração pombalina a censura foi submetida *exclusivamente* ao poder Régio, com o alvará de 18 de maio de 1768, que estruturou a Real Mesa Censória, sujeita à autoridade real e com jurisdição própria, cabendo a este órgão fiscalizar a impressão e circulação de todos os livros do Reino e também aqueles que eram direcionados às Colônias.

em que a Coroa buscava a prosperidade comercial, o aparato iconográfico esteve estritamente relacionado à dimensão propagandística da concepção de Estado. “A impressão de livros e gravuras flui, portanto, com estratégias sociais de validação do conhecimento científico [...] Breve, mas intensa, a Casa Literária do Arco do Cego pode ser vista como um dos elementos do processo de construção do Estado Moderno [português]” (CURTO, 2007, p.279). Neste período, florescia na Colônia o Seminário de Olinda (1798), sob a direção do bispo d. José Joaquim Azeredo Coutinho, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. O currículo do Seminário priorizava inteiramente a botânica e mineralogia⁵, valorizando a atualização do ensino. Apesar disso, não podemos nos esquecer da constante vigilância da censura governamental nos dois lados do oceano.

Contudo, quando se tratava da temática da saúde dos colonos (em especial, a dos escravos), a Coroa portuguesa incentivou a circulação de ideias entre a Metrópole e a Colônia através da produção de tratados médicos entre o fim do século XVII e início do XVIII. Segundo Márcia Moisés Ribeiro, “Se comparada com outras regiões, a produção de livros dedicados ao Nordeste açucareiro e às Minas, então no auge da produção aurífera, fato que indica o interesse metropolitano na preservação das boas condições salutaras como meio de garantir a continuidade da exploração colonial”. Tais tratados, segundo a autora, tinham a função fundamental de “instruir os senhores sobre a melhor forma de manutenção de seus plantéis, o que, certamente, redundava em menores prejuízos” (RIBEIRO, 1997, p.111-113). Entre as principais obras, destacam-se: *Tratado único das bexigas e sarampos*, de Simão Pinheiro Mourão (1683), *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*, de João Ferreira da Rosa (1694), *Notícias do que é achaque do bicho*, de Miguel Dias Pimenta (1707) e *Erário Mineral*, de Luís Gomes Ferreira (1735).

Diferentemente do universo luso-brasileiro, a América Espanhola teve o enraizamento da imprensa desde o século XVI, ao mesmo tempo em que o fenômeno se difundia no Velho Mundo. Se, em 1747, aparecia no Brasil à primeira oficina tipográfica, que seria posteriormente fechada, no mesmo ano todas as principais cidades da América Espanhola contavam com estabelecimentos gráficos. No contexto hispano-americano, portanto, a produção e a circulação de conhecimento ocorriam

⁵ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. [ver pg]

em outra velocidade. ⁶ Já no início do século XVIII, o irmão jesuíta Pedro de Montenegro escrevia a obra manuscrita *Matéria Médica Missionera* (1710), considerada pioneira na sistematização de informações relativas à farmacopeia americana (FLECK, 2012, p. 22). Os inicianos não se furtaram de copiar a obra de Montenegro de modo a compartilharem o seu conhecimento, o que explica sua significativa circulação nas várias regiões atendidas pela Companhia de Jesus. Segundo Heloísa Gesteira, tal fato demonstra a existência de uma rede de troca de informações e experiências além de um processo de cosmopolitização das práticas médicas (GESTEIRA, 2006, p. 5). Em relação à biblioteca do Colégio de Córdoba (Argentina), consultada por Montenegro durante o período de sua formação religiosa e de sua atuação como boticário, a historiadora Eliane Deckmann Fleck nos informa ser esta uma das mais completas do continente no período. Em seu acervo, de acordo com a pesquisadora, se encontravam mais de 40 obras que se referiam às *artes de curar*, muitas delas citadas na *Matéria Médica Missionera*. Ademais, a biblioteca deste Colégio da Companhia mantinha em seu acervo livros clássicos de medicina como o *Tesoro de Medicina*, de Egidio de Villalón, e *Cirurgia Universal*, de Calvo (FLECK, 2012, p. 25-33).

Já asseverou Fernando Bouza, a expansão da tipografia não significou o desaparecimento da cópia manuscrita. Esta, longe de se extinguir, destinava-se a novos usos como a “maior solenidade ou privacidade do texto em questão, por um lado, ou com a necessidade de manter em aberto a sua estrutura, por outro”. A distinção com os impressos aparecia no fato de as obras manuscritas manterem características menos vulgares, mantendo a relação viva e intensa com as demais formas de comunicação (BOUZA, 2002, p. 135-137).

Como dito anteriormente, o mundo luso-brasileiro viveria tais transformações com mais intensidade a partir de fins do século XVIII e início do século XIX. A chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, também significou o nascimento da arte tipográfica na Colônia através da fundação da *Impressão Regia*.

⁶ HOLANDA, S. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.120. Sobre o caso da tipografia de Antonio Isidoro da Fonseca, ver MEIRELLES, Juliana G., 2008, p.59-60. Sobre a velocidade da difusão das obras impressas e a comunicação entre a Europa e Nova Espanha, ver: GONZÁLEZ, Enrique González. “Livros de Flandres na Nova Espanha”. In: THOMAS, W.; STOLS, E.; KANTOR, I.; FURTADO, J. (Orgs.). *Um mundo sobre Papel: livros, gravuras, impressos flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo/Editora UFMG, 2014, P.215-234.

Com os prelos régios em pleno funcionamento, a produção e circulação do saber científico tornavam-se uma realidade. É sobre essa importante mudança que trataremos no próximo item.

II. A corte no Brasil: medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro.

Com o avanço das tropas napoleônicas em Lisboa, em novembro de 1807, e a mudança da sede da Coroa para o Brasil, os desígnios da monarquia portuguesa eram grandiosos. O projeto de implantação de um *novo e poderoso Império* deste lado do Atlântico era intrínseco à reestruturação do Rio de Janeiro como uma *nova corte* à semelhança de Lisboa, já que a cidade tornava-se a residência da Dinastia de Bragança.⁷ Segundo Marieta Pinheiro de Carvalho, “A transferência da família real para os Estados do Brasil não foi somente um simples deslocamento territorial do poder, implicou numa reordenação das estruturas político-administrativas portuguesas de gestão de todo o Império luso na cidade do Rio de Janeiro” (CARVALHO, 2010, p.162). Quanto às instituições régias aqui criadas destacamos a Impressão Régia (1808), a Real Academia dos Guardas-Marinhas (1808), a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808), o Jardim Botânico (1808), a Real Academia Militar (1810), o Teatro S. João (1813) e A Real Biblioteca (1814), as quais proporcionaram o nascimento de uma nova dimensão do saber e da circulação das ideias, mesmo que estivessem alicerçadas em um aparato censório de extensa monta.

A *nova capital imperial* passava por um significativo processo de modernização: das mudanças urbanas ao nascimento de instituições de ensino superior, o Rio de Janeiro tornava-se, aos poucos, um centro cosmopolita. Neste cenário em que a ilustração da sociedade era uma das metas mais caras a atingir, a instrução dos súditos da coroa despontava como um valor essencial. De acordo com o Dicionário Moraes e Silva, a *instrução* estava ligada ao universo mais amplo do ensino, da educação, dos apontamentos que se destinam a alguém. O verbo *instruir*, no entanto, tinha sentido mais específico. Diretamente ligado ao verbo *ensinar* a

⁷ Para a compreensão do projeto político de constituir um novo e poderoso Império no Brasil, ver o clássico trabalho de Maria de Lourdes Viana Lyra. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. Já sobre a o Rio de Janeiro como *nova corte*, ver CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia de cidade ilustrada: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

outrem, o verbete colocava em destaque o ensino dos preceitos da retórica, da filosofia, das línguas e também *da arte de reinar no que deve obrar*. Não por acaso, o ato de *instruir* também era sinônimo de advertência (MORAES E SILVA, 1789, vol.2, p.168). Nesse sentido, portanto, diálogos, conselhos, leitura crítica e pragmática da perspectiva do mundo que se desejava constituir surgia como princípio fundamental para a nova realidade. Nesse cenário, diversas foram as iniciativas no campo da educação formal e informal implementadas pela Coroa ou por particulares. (NEVES, 2014). Entre outras coisas, a valorização da cultura escrita pela introdução da tipografia a partir de 1808 foi uma dessas grandes transformações.

A sociedade fluminense passou a conviver cotidianamente com a circulação da palavra impressa. Dos decretos reais aos livros que “saíam à luz” ou se “achavam à venda”⁸, perpassando os almanaques, cartazes e a própria *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre outros periódicos, os habitantes da nova capital do Império Português – a despeito da atuação dos censores – tinham ao seu alcance a possibilidade de realizarem múltiplas leituras acerca da realidade vivida.⁹ Segundo o historiador Marco Morel, a difusão das palavras independentemente de sua natureza – falada, manuscrita ou impressa – ultrapassava as fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade não ficando estanques ao restrito círculo de letrados. Apesar disso, eram estes homens de letras que detinham o poder de produção e leitura direta da palavra impressa com destaque para as obras impressas e a imprensa (MOREL, 2009, p.163).

A produção editorial da *Impressão Régia do Rio de Janeiro* foi ampla e diversificada.¹⁰ Dos 720 títulos impressos entre os anos de 1808 e 1822, encontramos

⁸ As duas categorias das obras foram objetos de estudo da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva. Os livros que “saíam à luz” referiam-se aqueles produzidos na Corte, já os que “se achavam à venda” incluíam-se os importados da metrópole. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Livro e sociedade no Rio de Janeiro”. Separata da Revista de História N°94. São Paulo – Brasil. 1973, p.443.

⁹ Para uma análise sobre a multiplicidade desse universo impresso, ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A imprensa periódica na época joanina”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.15-30. MOREL, Marco. “Das gazetas tradicionais aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 153-184; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

¹⁰ Em 13 de maio de 1808, d. João sacramentava a primeira oficina tipográfica, que nascia como uma atividade administrativa necessária para o estabelecimento da Coroa deste lado do Atlântico. Peça fundamental no processo de comunicação interatlântica, intimamente associado

opúsculos, sermões, prospectos, obras literárias e científicas sobre matemática, história, ciência política, econômica e filosofia, teatro, romances, dramas, em suma, os gêneros literários os mais populares do período (CAMARGO; MORAES, vol.2, 1993, p.229). Dentre as diversas funções, destacamos o seu papel de editora responsável por publicar dezenas de livros de grande valor científico e cultural deste lado do Atlântico.

A produção e /ou a tradução de obras de caráter científico foi concebida como uma questão de estado para o governo português e esteve intrinsecamente associada à estruturação e consolidação de três *locus de saber* voltados à institucionalização da educação na *nova capital*: a Real Academia Militar, a Real Academia dos Guardas-Marinhas e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, que, particularmente, nos interessa. Importante ressaltar que esses espaços visavam formar os homens de ciência do *novo Império*, cuja missão era contribuir para a formação de uma esfera pública de divulgação e debate de novos saberes que atravessariam o Atlântico delineando, simbolicamente, a força e independência da nação luso-brasileira (MEIRELLES, 2013, p.173-229).¹¹

Como bem denominou Marco Morel ao estudar o perfil dos colaboradores da revista literária *O Patriota* (1813-1814), naquele momento, destacava-se no Brasil a figura do militar-cientista. Vinculados às atividades do Estado, tais homens “enquadravam-se nas formas vigentes dos espaços públicos, sem abrir mão, porém, de tentar reformá-los, pela propagação das luzes do saber e da ciência, por meio do ensino, da palavra impressa, e da atuação administrativa” (MOREL, 2007, p.30).¹²

à veiculação da propaganda do Estado e, conseqüentemente, à sustentação do Império Português nos dois lados do Atlântico, a *Impressão Régia* tinha numerosas funções que extrapolavam a impressão *exclusiva* dos papéis ministeriais e diplomáticos do serviço real de todas as repartições, como os alvarás, decretos e cartas régias cujas funções eram imprimir *exclusivamente* todos os papéis ministeriais e diplomáticos do real serviço de todas as repartições, imprimir obras de particulares e produzir a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Maiores informações ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp 1993; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro. Ed. Arquivo Nacional, 2008.

¹¹ Sobre a importância da Real Academia militar, ver: MEIRELLES, Juliana G. Política e Cultura no governo de D. João VI (1792-1821). Tese de Doutorado: Unicamp, 2013, p.173-229; DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à escola militar: a profissionalização das armas e a consolidação do ensino militar no Brasil (1810-1855)*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2004.

¹² MOREL, Marco. “Pátrias Polissêmicas: República das Letras e Imprensa na Crise do Império Português na América”. In: LORELAI. (Org.) *Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p.30.

No universo luso-brasileiro, o Estado foi o principal interventor na tarefa de instruir e “civilizar” a nação através de uma política cultural que atendesse, primeiramente, os anseios e projetos governamentais. Ao nascer alicerçada aos interesses do Estado português, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, portanto, aparecia como um centro de dinamização do saber científico voltado ao ensino superior.

Desde a fundação, em 1808, a Escola ocupou diferentes espaços na *nova corte*. Se, até 1812, as aulas ocorriam no antigo Colégio dos Jesuítas, sede do Hospital Real Militar e Ultramar, no morro do Castelo, entre os anos de 1813 e 1832, os cursos foram transferidos para as acomodações do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, na praia de Santa Luzia. Já em 1809, a *Gazeta do Rio de Janeiro* informava seus leitores acerca da estruturação do novo espaço. Entre seus principais lentes, destacavam-se súditos ilustrados da coroa de duas tendências: aqueles que detinham vasta experiência na área, exercida nos diferentes recantos do Império Português, e os que já tinham a formação completa, embora sem, necessariamente, terem exercido a profissão.

A preocupação com a qualificação dos residentes em outras colônias do Império Português também foi patente, como demonstra a Ordem Régia de 1812 em relação à vinda de jovens de colônias portuguesas na África para estudar cirurgia e medicina na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (SANTOS FILHO, 1991, p.49). Ao justificar o nascimento da instituição em “benefício da conservação e da saúde de seus vassalos”, o Príncipe Regente estabelecia que a cadeira de Anatomia e Fisiologia seria ministrada por Joaquim José Marques, cirurgião Mor do Reino de Angola. A cadeira de Terapêutica Cirurgia Geral e particular ficou a cargo de José Lemos Magalhães, sendo seus alunos financeiramente incentivados a frequentar o espaço. Por fim, enquanto Joaquim de Rocha Mazarem¹³

¹³ Joaquim de Rocha Mazarem (1775-1849) licenciou-se em cirurgia na Escola Cirúrgica do Hospital São José, em Lisboa, em 1806, viveu no Brasil juntamente com a família real entre os anos de 1808 e 1821. Deste lado do atlântico, foi nomeado lente de anatomia na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808) implantada por José Correia Picanço, e primeiro-cirurgião do Real Hospital Militar, do morro do Castelo. Traduziu para o português as obras *Indagações fisiológicas sobre a vida e a morte*, de Bichat, e *Novo ensaio sobre a arte de formular*, de J. L. Aliber, além do *Tratado de inflamação, feridas e úlceras*, extraído da *Nosografia cirúrgica*, de Anselmo Richerand, obras originalmente publicadas em francês. Em 1821 regressou a Portugal junto com d. João VI. Maiores informações em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6493>. Acesso em: 10 abr. 2017.

foi designado como lente de medicina operatória e arte obstetrícia, o médico da câmara real, José Maria Bomtempo¹⁴ foi indicado como lente de medicina química, elementos de matéria médica e farmácia. Sabe-se que o ordenado dos professores gravitava em torno de 200\$00 e 800\$00 reis anuais, e que o estabelecimento se orientava para a *instrução* dos cirurgiões que ignoravam Anatomia, Fisiologia e Medicina Prática, além do ensino dos alunos que se destinam à Cirurgia Militar e Náutica (Gazeta do Rio de Janeiro, 1809, n. 96).

A notícia sobre a criação da Escola foi publicada na seção “Rio de Janeiro” da *Gazeta*, uma parte privilegiadíssima do periódico, destinada à produção discursiva do redator e reservada à veiculação das principais questões políticas da monarquia portuguesa, cujas decisões circulavam tanto no Brasil, quanto na Europa pelas páginas da folha (MEIRELLES, 2008, p.75). Ademais, o conteúdo da notícia também aponta para a concepção de saúde que predominava naquele momento no universo ilustrado luso-brasileiro: após a reforma da Universidade de Coimbra (1772), houve a valorização do conhecimento médico científico (com ênfase para a anatomia) em detrimento das artes de curar, reservada aos boticários, barbeiros e curandeiros em geral. Por esta ótica, compreendemos a redefinição acerca da fiscalização da atividade presente também nos estatutos. A partir de então, “toda pessoa que curasse sem a devida autorização [e formação] deveria pagar multa de sessenta cruzados (metade para o denunciante) e seria degredado para a fora da vila.” Na terceira reincidência, o culpado teria como destino o degredo para a África (ABREU, 2007, p .91). Tradicionalmente, o mundo das ciências e das artes pertencia ao domínio da física e da medicina dogmática, enquanto que os ofícios de cirurgião e boticário ficavam circunscritos ao ramo das ciências mecânicas. Segundo o *Dicionário Histórico-*

¹⁴ José Maria Bomtempo (1774-1843). Formou-se em medicina e filosofia pela Universidade de Coimbra, em 1798, foi nomeado juiz comissário da Junta do Protomedicato e físico-mor de Angola em 1799 até 1807. Foi transferido para o Brasil como delegado do físico-mor do Reino, em 1809 e nomeado lente de cadeira de medicina clínica, teórica e prática, na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criada em 1808, e encarregado da direção do Laboratório Químico-Prático, criado em 1812. Fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador da Imperial Ordem da Rosa, foi designado médico da Real Câmara e, posteriormente, diretor da Academia Médico-Cirúrgica, que presidiu até ser jubilado, em 1820. Escreveu obras importantes para a medicina, como *Compêndios de matéria médica* (1814), *Compêndios de medicina prática* (1815) e *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro* (1825). Adquiriu a cidadania brasileira, permitida pela Constituição de 1824, e tornou-se membro honorário da Academia Imperial de Medicina, servindo ao imperador d. Pedro por vinte anos, como clínico e cirurgião. Maiores informações em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6502>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, o regulamento de 23 de maio de 1800 facultava o exercício da medicina

somente a físicos e cirurgiões portadores de um atestado de habilitação, e licenciados pelo cirurgião-mor do Reino [...] Sua atuação estava restrita à realização de sangrias, à aplicação de ventosas, à cura de feridas e de fraturas, sendo-lhes vetada a administração de remédios internos, que era privilégio dos médicos formados em Coimbra.¹⁵

A paulatina valorização da cirurgia como um ramo essencial da atividade médica, considerada por Ribeiro Sanches como a “parte da medicina que cura os males pela operação das mãos” (SANCHES, 2003, p. 12) foi enfatizada nos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, que valorizavam a “medicina empírico-racional”, o “magistério da natureza” e as “observações bem-feitas examinadas e comparadas”. Desse modo, observação e prática estavam definitivamente unidas. Este documento foi de fundamental importância também para a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro que deveria segui-lo como norma máxima, uma vez que não possuía um estatuto próprio.¹⁶

Assim, notamos o quanto a política cultural da Coroa voltada ao ensino superior deste lado do Atlântico foi inspirada na instituição universitária lusitana: tal concepção justifica o viés pragmático do conhecimento científico vigente no novo *locus* e sua exaltação pelos detentores do poder e seus representantes ilustrados, os quais estavam atentos em manter um diálogo crítico com a tendência internacional da época. Desde o final do século XVIII, “[os] médicos em Portugal procuravam incorporar em suas obras as teorias da medicina europeia, aprofundando o estudo do corpo humano e das causas das doenças” (ABREU, 2007, p. 97), sobretudo, pela defesa da concepção do corpo-máquina (em oposição aos princípios peripatéticos) cujos expoentes mais destacados foram Boyle, Boneli, Vesálio, Harvey e Boerhaave, sendo o último muito valorizado pelos lusitanos.

No Brasil, especificamente, a formação mais abrangente dos cirurgiões só foi pensada em 1812, quando o Príncipe Regente ordenou que saísse um *Plano de organização de uma escola médico-cirúrgica*, elaborado pelo médico Vicente

¹⁵ <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm#historico>. Acesso em: 20 mar.2017.

¹⁶ <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm#historico>. Acesso em: 20 mar.2017.

Navarro de Andrade. A proposta aprovada, contudo, foi a de Luís Álvares de Carvalho, médico honorário da Real Câmara (NIZZA DA SILVA, 2007, p. 115-116). A qualificação dos estudantes também foi uma preocupação central da Coroa, como atesta o *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil*. Segundo a obra, a Ordem Régia de 05 de dezembro de 1810 “dispôs que três alunos da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro fossem enviados a Edimburgo (Escócia) para receberem ensinamentos cirúrgicos, e de lá deveriam se dirigir a Londres para aperfeiçoamento com cirurgias londrinas”.¹⁷

Neste universo de circulação de ideias, tanto a Impressão Régia de Lisboa quanto a do Rio de Janeiro contribuíram de forma relevante para o avanço do conhecimento médico. No Brasil, especificamente, as obras traduzidas e divulgadas pela Tipografia Real eram utilizadas pelos estudantes dos cursos de cirurgia e medicina nas academias das cidades do Rio de Janeiro e Salvador (CAMARGO; MORAES, 1993, p. XXIV).

Entre os anos de 1810 e 1816, a Impressão Régia do Rio de Janeiro publicou obras relevantes de brasileiros para o estudo da medicina, entre elas: *Methodo Novo de curar segura e promptamente o Antraz* (1811), de Luís de Santa Ana Gomes, médico pernambucano formado em Paris, *Compêndios de Medicina Prática* (1815), do médico da câmara real José Maria Bomtempo, e *Vade Mecum do Cirurgião, ou tratado dos syntomas, causas e tratamentos das moléstias cirúrgicas, e suas correspondentes operações* (1816), do farmacêutico José de Souza Pinto. Quando as obras eram editadas “por ordem de S.A.R”, os custos saíam do Real Erário, não gerando despesas financeiras para os autores. Por outro lado, a Tipografia Real também aceitava publicar textos de escritores desconhecidos cujos originais eram submetidos à censura e precisavam recorrer ao tradicional sistema de subscrição para virem à luz, dado o alto custo da impressão (NIZZA DA SILVA, 2007, p.179-180).

Os constantes anúncios de venda de livros, folhetos e impressos no Rio de Janeiro, cotidianamente veiculados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, indicam-nos que o estabelecimento da tipografia foi de grande importância para o enraizamento da prática da leitura na sociedade joanina. Além disso, as numerosas listas de livros à espera de liberação da censura na alfândega da cidade, como demonstrou Leila

¹⁷<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm#historico>. Acesso em: 20 mar.2017.

Mezan Algranti, colocavam o Rio de Janeiro em um novo estágio da cultura literária: para além de produtor de novos títulos, e, provavelmente, centro distribuidor de obras impressas para as demais capitanias, a nova capital também atraiu livreiros responsáveis pelo comércio legal de livros assim como os que se envolviam com o tráfico ilícito de obras (ALGRANTI, 2004, p.161).

A valorização da medicina pelo público leitor/consumidor da época também pode ser apreendida no *Catálogo das obras impressas no Rio de Janeiro e que se acham à venda em Lisboa na loja de Paulo Martin e Filhos*, publicado em Lisboa, em 1812, na Oficina da Viúva Neves e Filhos, documento que também atesta a circulação dessas obras entre os súditos luso-brasileiros. A análise mais detida deste *Catálogo* demonstra como a produção impressa do início do século XIX ainda conservava a tradição literária herdada do século XVIII cujos grandes temas eram: belas letras, teologia, ciências e arte, história e jurisprudência.¹⁸ Composto por 46 obras com diferentes temáticas e tipologias documentais, o *Catálogo* apresenta informações oficiais como leis e alvarás régios, o Almanaque da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1811, obras de ciência política e jurisprudência de José da Silva Lisboa, traduções de obras científicas de autores renomados como Le Croix, livros de economia que enfocam a indústria e o comércio, sermões e roteiros das cidades do Maranhão e Belém do Pará.

Já em relação ao universo da saúde (que inclui também a medicina), encontramos 06 publicações que representam 13% do total das obras enviadas a Portugal. São elas: *Tratado de Inflamação, Feridas, e Úlceras, extraído da Nosografia Cirúrgica de Richerand*, por Joaquim da Rocha Mazarem, de 1810, *Indagações Fisiológicas sobre a Vida e a Morte* por Bichat, traduzidas pelo mesmo, de 1812, *Ensaio sobre o perigo das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos*, por José Correa Picanço, de 1812, *Método novo de curar segura e prontamente o Antraz ou Carbúnculo e a postura maligna*, por Luiz de Sant Anna Gomes, de 1811, *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, por Manoel Vieira da Silva, de 1808, e, por fim, o *Plano de Organização d'uma Escola Medico-Cirúrgica*, que por

¹⁸ Para maiores informações sobre a quantidade de anúncios de obras literárias e impressos publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1822, ver NEVES, Lúcia M^a. Bastos P. das. "Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". In: *Ler História*, 23, 1992, p.62.

Ordem de S.A.R. traçou e escreveu o Dr. Vicente Navarro de Andrade em 1812. Como podemos notar, tais obras englobam uma ampla temática em relação à saúde: desde uma problemática mais geral sobre saúde pública (vida e morte, sepultamentos e clima) até questões mais específicas referentes a inflamações e úlceras.

Dentre as obras enviadas a Lisboa, uma delas nos chama mais a atenção: *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, do físico-mor Manoel Vieira da Silva. Personalidade de grande prestígio, Vieira da Silva publicou o livro pela *Impressão Régia* a pedido do Príncipe Regente ainda em 1808. O anúncio foi veiculado na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808, n.14), o que também demonstra dois vieses importantes da política cultural joanina: de um lado, a grande preocupação de D. João com a resolução dos problemas referentes às moléstias da cidade; de outro, a divulgação de seus feitos enquanto monarca benevolente. A *Gazeta* circulou nos dois lados do Atlântico, sendo lida e transcrita por periódicos portugueses, o que evidencia a perspectiva transatlântica do discurso monárquico, cujo objetivo era manter vivo – através das notícias do jornal – o elo político com seus súditos, já que este se encontrava em terras americanas (MEIRELLES, 2008, p.236).

No Prólogo, Vieira da Silva justificava a rápida impressão. “[D. João] Ordenou o seu Físico-mor que dissesse por escrito o que pensava sobre esta matéria, para assim excitar as pessoas instruídas a fazerem públicos os seus sentimentos, e apurar-se pela discussão um artigo, que todo se dirige para bem dos Povos”. Ainda no Prólogo, Silva convidava “os mais sábios e inteligentes para dizerem coisas melhores”; o que propiciaria tanto a execução das “boas sugestões” pelo governo quanto à satisfação do público que tiraria “as vantagens que tanto são para desejar” (SILVA, 1808, p. iii). Para além de propor a reorganização da saúde pública da nova capital, cujo tema, segundo ele, “em todos os tempos tem merecido as primeiras atenções dos grandes legisladores” (SILVA, 1808, p. 5), o escritor impulsionava uma discussão que se pretendia coletiva; até porque os problemas do Rio de Janeiro perpassavam a vida de todos os seus habitantes, cujo número aumentava significativamente desde que a urbe se tornara a residência da Coroa portuguesa.¹⁹

¹⁹ O impacto da chegada da corte joanina sob as auspiciosas diretrizes do príncipe regente D. João mudaria radicalmente o universo sociocultural da capital da Colônia. A começar pelo crescente número de habitantes entre os anos de 1808 e 1821. Se até 1808 o Rio de Janeiro era

Dentre suas grandes preocupações destacava-se também a medicina com foco para duas temáticas específicas: a alimentação e as doenças que levariam as pessoas à morte. À época, o profissional que atuava dentro do conhecimento e manipulação das ciências naturais como os físicos eram considerados médicos. Na definição do Dicionário Raphael Bluteau, o físico era “aquele que conhece a natureza e a propriedade das coisas” sendo a Física sinônimo de Medicina. “O medico enquanto teoricamente considera a compleição, temperamento e propriedade das coisas naturais é físico; e na prática do curar com proporcionados medicamentos é medico”.

²⁰ Em relação à alimentação, o autor associa o cuidado dos gados que entram na cidade com a qualidade de sua carne para a população. Vejamos:

Entram as grandes manadas de gado, que devem durar para toda a semana, cansadas da jornada e que se tem privado de alimentos; são introduzidos no Curral, onde igualmente estão alguns dias sem alimento, e água, e aí ou os transtornos das suas funções vitais lhes põe termo a vida, ou chegam ao matadouro, conservado apenas a aparência. É uma verdade demonstrada em Medicina, que s sucos gástricos do homem tem grande ação sobre as carnes, e que esta segue a razão direta da perfeição das carnes; isto é, que elas digerem tanto melhor quanto era mais perfeito o estado da vitalidade daqueles animais, que são empregados no nosso alimento (SILVA, 1808, p. 21-22).

A saúde da população aparecia para Silva como preocupação de primeira grandeza do Estado, que deveria utilizar-se da concorrência das forças particulares e da constante ajuda da intendência da polícia para que o local dos matadouros fosse apropriado ao cuidado diário do gado. Os animais deveriam ser criados em espaços estruturados e asseados. Por fim, sugere que a venda dos alimentos deveria, antes, passar pelos despachos do físico-mor, responsável por autorizar a circulação na cidade. Já para a causa das mortes na cidade ressalta a necessidade de bons médicos, segundo ele, ausentes na nova capital:

Outra causa capaz de conduzir muita gente a sepultura neta Cidade, é a falta de bons medicamentos, em que possa confiar uma Medicina ativa, a liberdade concedida a qualquer Cirurgião para curar de Medicina, ignorando até os princípios mais simples sua profissão, a falta de vigilância sobre os Curandeiros, e Curandeiras e Boticários, que vendem purgantes, vomitórios e outras composições sem receita

uma cidade com cerca de 60.000 habitantes, o censo de 1821 já apontava para uma população em torno de 79.321 pessoas, contando o alto número de estrangeiros que fixaram residência, escravos, libertos e a população livre. Para uma análise historiográfica sobre o crescimento da população no período, ver ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988, p. 30.

²⁰ BLUTEAU, Rafael, [Physico] vol. 6, p.489.

de Médico, chegando à omissão nesse ponto a permitir, que nas Loges [sic] de ferragem se vendam vomitórios, e purgas à discrição de cada um que se persuade dever usar deles (SILVA, 1808, p.26-27).

Pautar os cuidados da saúde individual e coletiva da população do Rio de Janeiro pela ótica científica aparecia como a meta a ser atingida. Como já expôs Vera Regina Beltrão Marques, os médicos sintonizados com as propostas de tornar a medicina acessível, como o físico-mor, estavam engajados em aconselhar a população e tinham o claro propósito de “excluir qualquer prática não condizente com o exercício racional da arte de curar” e, assim, tentar banir os vestígios de mistério e “embustes” daqueles que exerciam a medicina através de “práticas escusas” como os profissionais não habilitados a exemplo dos curandeiros e boticários (MARQUES, 2004, p. 41).

Considerações finais

Uma das principais marcas do *Reformismo Ilustrado* – a valorização da cultura científica de viés pragmático, voltada à observação e experimentação no ensino das ciências naturais –, permeou as diversas iniciativas culturais da Coroa portuguesa no universo luso-brasileiro entre o final do século XVIII e início do XIX. Da reforma da Universidade de Coimbra (1772) à fundação da Tipografia do Arco do Cego (1799), em Portugal, ou, da Academia Científica do Rio de Janeiro (1772) à Academia médico-cirúrgica (1813), no Brasil, a saúde em geral e a medicina, em particular, foram preocupações de primeira grandeza do Estado português.

Nesse período, o patrocínio da Coroa e a paulatina valorização da figura do médico (em detrimento das figuras dos cirurgiões e boticários), apareciam em muitas instâncias da sociedade. Desdobrava-se no constante aprimoramento e diálogo desses profissionais e estudantes com as tendências científicas da Europa do Norte e através das publicações e traduções de obras basilares publicadas pela *Impressão Régia* dos dois lados do Atlântico – principal faceta cultural do projeto político de D. Rodrigo de Souza Coutinho de construção de um *novo e poderoso Império* (BARRA, 2012, p.208). A circulação de ideias entre os súditos ilustrados da monarquia a despeito da censura real assim como a dimensão propagandística da coroa que, diante da crise do Antigo Regime português, tinha a necessidade vital de exaltar a figura de D. João

como o redentor de seu povo também são pontos fulcrais dessa mesma política imperial.

O projeto político de Souza delineava-se, também, pela dimensão cada vez mais palpável referente ao nascimento, estruturação e vigência dessas instituições científicas. Em 1820, quando a crise política já estava escancarada pela Revolução do Porto e o projeto de Coutinho há muito já não era prioridade para a monarquia luso-brasileira, ainda assim, o rei publicava na *Gazeta* o decreto que patrocinava os estudos de doze jovens “que sejam pobres, de bom procedimento, e que mostrem aptidão para [os] estudos” na Academia Medico-cirúrgica do Rio de Janeiro. A pensão para cada aluno foi estabelecida no valor de nove mil e seiscentos reis mensais, sendo a iniciativa justificada como necessária “ao bem publico”, uma vez que o rei precisava de homens qualificados para as tropas do exército real (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1820, n.103). Em meio à aguda crise política, a imprensa, os livros e a cultura científica foram armas fundamentais na luta pela sustentação do Império Português. Fosse manuscrita ou impressa, o valor da *palavra* ganhava novos sentidos.

Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, Atos de Censura:** cultura religiosa na América Portuguesa. São Paulo: Editora Hucitec /FAPESP, 2004.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente:** Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821). Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

BOUZA, Fernando. “Comunicação, conhecimento e memória na Espanha do século XVI e XVII”. In: LISBOA, João (Coord.). **Livros e Cultura escrita: Brasil, Portugal, Espanha.** CULTURA: revista da historia das ideias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002, p.105-172.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro.** São Paulo: Edusp 1993.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia de cidade ilustrada:** as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821). Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Estado e Administração no Rio de Janeiro joanino:** a secretaria de estado dos negócios do Brasil (1808-1821) 273 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro**. Rio de Janeiro: vol.278, 1968.

FILHO, Oswaldo Munteal Filho; DAHÁS, Nashla. “Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII”. **Revista Intellectus**. Ano 05. Vol. I. 2006, p.8. In: www2.uerj.br/~intellectus. Acesso em 23abr. 2017.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império**. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na corte joanina: a gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MOREL, Marco. “Das gazetas tradicionais aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009, p. 153-184

MOREL, Marco. “Pátrias Polissêmicas: República das Letras e Imprensa na Crise do Império Português na América”. In: LORELAI. (Org.) **Iluminismo e Império no Brasil**. O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p.15-30.

NEVES, Lúcia M^a. Bastos P. das. “Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos

livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)”. In: **Ler História**, 23, 1992, p.62.

NOVAIS, Fernando. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. In: **Aproximações: estudo de história e historiografia**. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2005.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, vol. 2, 1991.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Livro e sociedade no Rio de Janeiro”. Separata da Revista de História N°94. São Paulo – Brasil. 1973.

SILVA. Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821): cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. 2ªed. Lisboa: Editora Caminho, 1989 VARELA, Alex. Gonçalves. *Atividades Científicas na "Bela e Bárbara" na Capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas. Censura e contestações.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Fontes

BLUTEAU, Rafael [1728], [Physico] vol. 6, p.489. In:
<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>. Acesso em: 20 mar.2017.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. In:
<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm#historico>. Acesso em: 20 mar.2017.

Documentos Interessantes,v.29, p.40-41. In:
<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>. Acesso em: 2 abr.2017.

Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). In:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm.
Acesso em: 13 fev.2017.

Mapa memória da Administração pública brasileira. In:
<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6493>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Mapa memória da Administração pública brasileira. In:
<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6502>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MORAES E SILVA [1789], [Instrução], vol.2, p.168. In:
<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.

SANCHES, Antônio Ribeiro. **Apontamentos para estabelecer-se tribunal e um colégio de medicina.** Covilhã-Portugal: Universidade da Beira Interior, 2003.

SILVA, Manoel Vieira da. **Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para a melhoria do clima da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

Recebido em Maio de 2017

Aprovado em Julho de 2017